

Uma fresta para o futuro

Ismar Cardona

É duro ser um país do Terceiro Mundo e ter tanta gente remando contra para impedir que suba para o Primeiro!

Com o seu espírito obstinado e religioso, pouco afeito ao festival de esperteza e insensatez que assola nossas elites, o ministro Rubens Ricuperro vai navegando na sua nau.

Não deve ser fácil para a sua beneditina cabeça entender o cipoal dos interesses políticos e corporativistas que estão empurrando a revisão constitucional para o próximo governo.

Para entregar o barco ao próximo governo, o ministro parece já ter se conformado em contar apenas com as arrecadações do Fundo Social de Emergência e do IPMF.

De um lado, Ricuperro conta com setores modernos da economia — aí incluídos empresários e trabalhadores —, preocupados em investir em qualidade e produtividade, a fim de poderem se inserir eficientemente no circuito internacional da economia.

Na contramão da história, setores corporativistas monitorando os principais partidos políticos, atrelados aos sonhos de um Brasil autárquico. Estacionados no tempo, esses setores estão sinceramente convencidos de que vamos poder repetir em todos os detalhes os modelos clássicos dos chamados estados nacionais, como Inglaterra, França e Alemanha.

O que essa gente parece não entender é que a história não anda para trás e que infelizmente — ou felizmente? — chegamos tarde ao capitalismo. Vivemos atualmente o que os economistas chamam de “capitalismo retardatário”.

Se houvesse um pouco de bom senso, poderiam ver que o mundo não admite mais a existência de países completamente fechados, tentando reinventar a roda e redescobrir a pólvora.

A China, que em passado recente tentou uma experiência

de país autárquico, dá ao mundo, hoje, um exemplo de pragmatismo responsável, magistralmente sintetizado no provérbio que marcou o seu ingresso nos tempos modernos: “Não importa se o gato é branco ou cinza, importa que ele coma o rato”, afirmou no alvorecer do processo de abertura chinesa o premier Deng Shiao Ping.

Para as vanguardas brasileiras de ontem capital estrangeiro virou o símbolo do mal, que precisa ser combatido a ferro e fogo.

Ora, sejamos pragmáticos, o que é preciso é preservar a democracia, ameaçada por quase duas décadas de autofagia eco-

**O Brasil,
se não
abre sua
economia
por completo,
pelo menos
abre uma
frincha
para o mundo**

nômica. Para que isso seja possível é fundamental assegurar níveis de crescimento econômico capazes de garantir emprego aos milhões de novos braços que anualmente se encaminham ao mercado de trabalho.

Ao contrário do que possam pensar os corifeus do corporativismo, para os

milhões de desempregados, semi-empregados ou candidatos ao desemprego é secundário saber se vão trabalhar numa empresa nacional ou estrangeira. O essencial é que consigam um emprego decente.

O que precisamos é que a democracia seja cada vez mais um conceito concreto, e não apenas formal. E democracia sem uma economia aberta e dinâmica é conversa para boi dormir.

Se a frustração da revisão constitucional não servir para forçar as elites do País a abrir uma janela para o futuro, como quer o deputado Nelson Jobim, que pelo menos abra uma fresta.